

Título do capítulo	INTRODUÇÃO – PARTE 2 OS ATORES DO CUIDADO
Autora	Ana Amélia Camarano
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350578intro2

Título do livro	Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil
Organizadores(as)	Ana Amélia Camarano Luana Pinheiro
Volume	1
Série	-
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2023
Edição	1a
ISBN	9786556350578
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350578

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

INTRODUÇÃO

OS ATORES DO CUIDADO

Ana Amélia Camarano¹

Assume-se que cuidar do outro não é apenas um ato de generosidade, mas uma questão bem mais complexa. Envolve vários atores, recursos financeiros, emoções variadas, que vão do afeto à mágoa, tais como gratidão, obrigação, culpa, punição etc. Considerando que todas as pessoas cuidam e são cuidadas em algum momento de suas vidas, as instituições que atuam para que o cuidado chegue a quem dele necessita são as famílias, o mercado privado, o Estado e as ajudas comunitárias. Nas famílias, encontram-se também os demandantes de cuidados. Excluindo as ajudas comunitárias, que não foram contempladas, esta segunda parte do livro, composta por cinco capítulos, contempla esses três atores.

Inicia-se no capítulo 3, com as autoras Ana Amélia Camarano e Daniele Fernandes analisando a família brasileira, o seu processo de constituição e as mudanças observadas entre 2019 e 2020, buscando captar os efeitos da pandemia nesta constituição. Elas partem do princípio de que a família é a instituição em que se encontram as pessoas demandantes de cuidados e, também, os cuidadores, sejam eles remunerados ou não. A demanda de cuidados se dá em função do momento no ciclo de vida das pessoas, das suas situações individuais, bem como de suas condições socioeconômicas, e assim também se comporta a oferta de cuidadores. É dentro da família o *locus* em que se decide quem vai trabalhar nas atividades econômicas e quem fica para cuidar dos membros dependentes. O contrato social tradicional e intergeracional, explícito na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), atribui às famílias – onde se lê mulheres – a grande responsabilidade por atividades de cuidado. O art. 230 explicita que os pais devem cuidar dos filhos e estes dos pais na velhice.

O capítulo aponta uma grande e crescente diversidade das famílias brasileiras, o que as faz lidarem de maneiras distintas com os efeitos das várias “crises”, que vão desde a dos jovens, do envelhecimento, da pobreza e do déficit de cuidado até a gerada pela recente pandemia provocada pelo vírus da covid-19. A forma de lidar com elas depende dos recursos humanos, financeiros e de tempo disponíveis dentro de cada arranjo familiar. As mudanças nas famílias dificultam

1. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). E-mail: <ana.camarano@ipea.gov.br>.

a manutenção dos contratos familiares intergeracionais, que o Estado não pode ignorar, mesmo quando assume que é dever da família cuidar dos idosos em situação de dependência.

De modo geral, pode-se afirmar que as famílias com crianças e adolescentes têm mais dificuldades no enfrentamento às crises, em razão de terem menos indivíduos com disponibilidade para trabalhar e obter renda. Isto se acentua nos arranjos monoparentais femininos, cujas chefes são, muitas vezes, as únicas pessoas responsáveis tanto economicamente quanto emocionalmente para cuidar de seus filhos. Soma-se a isso o fato de essas mulheres estarem super-representadas em empregos de baixa remuneração, bem como os desafios educacionais e de cuidado com as crianças que não frequentaram a escola durante o auge da pandemia.² Na ausência de políticas públicas, pode-se esperar uma redução no capital humano, que pode diminuir os ganhos no decorrer da vida das crianças e jovens que vivenciaram a pandemia e aumentar a desigualdade social e a pobreza nas próximas décadas.

Em contrapartida, as famílias de maior poder aquisitivo repassam para o mercado privado a função de cuidar. Muitas vezes, delega-se a responsabilidade às empregadas domésticas, aos cuidadores remunerados, às creches e/ou às instituições residenciais de cuidado, e, ainda que em menor escala, ao Estado.

Avançando na discussão sobre quem demanda cuidado e quem cuida, o capítulo 4, de autoria de Enid Rocha e Valéria Rezende, buscou desvendar as relações entre juventude e cuidados. A literatura da economia de cuidados tem dado pouca atenção aos jovens ou à juventude como uma fase no ciclo da vida que também é importante tanto na demanda quanto na oferta de cuidados. Sem dúvida, a juventude é um período particular, caracterizado pela transição para a vida adulta, marcado por conflitos, dificuldades e mudanças sociais, econômicas e físico-emocionais. Isso deixa claro que essa fase também tem um componente relacional de cuidados.

Quando jovem, o indivíduo depende do trabalho de cuidados da família, do Estado e/ou da sociedade para acumular competências emocionais e cognitivas e desenvolver plenamente as suas potencialidades, podendo, assim, entrar na vida adulta com autonomia e independência. Porém, os jovens também, independentemente de sua faixa etária, desempenham um papel importante no trabalho de cuidados e das tarefas domésticas no domicílio. As horas dedicadas por eles nessas atividades aumentam com a idade. No entanto, existe uma enorme desigualdade

2. Gandra, J. Covid-19, diversidade das famílias e desigualdades. In: Abep – Associação Brasileira de Estudos Populacionais; UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. *População e desenvolvimento em debate: impactos multidimensionais da pandemia da covid-19 no Brasil*. Campinas: Abep, 2021. p. 95-123.

no uso do tempo entre jovens homens e jovens mulheres. Embora essa desigualdade alcance todas as classes sociais, a média de horas dedicadas aos cuidados e aos afazeres domésticos é maior para os jovens que vivem nos domicílios mais pobres.

O capítulo 4 também analisou os efeitos da crise pandêmica sobre o trabalho e o estudo dos jovens e o papel da proteção social durante o auge da crise sanitária em 2020, isto é, o Auxílio Emergencial (AE) e o Programa Bolsa Família (PBF).

Um dos atores importantes na provisão de cuidados é o Estado, cabendo a ele prover serviços para quem não pode pagar e regular aqueles oferecidos pelo mercado privado. O capítulo 5, de autoria de Ranna Mirthes Sousa Correa, buscou entender como estão organizados os serviços de educação e/ou cuidado infantil públicos no Brasil, desde a redemocratização e os possíveis compromissos futuros com a construção de uma sociedade que tome o cuidado como central para a construção de uma agenda pública. A análise apresentada foca os tipos de oferta de serviços diários de educação e cuidado infantil.

Com base na orientação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e da ONU Mulheres sobre a necessidade de criar e fortalecer as políticas integrais de cuidado na América Latina e no Caribe, em que são propostas cinco dimensões a serem contempladas nos serviços de cuidados, a autora avalia se estas estão presentes nas políticas públicas para a educação e/ou o cuidado infantil no Brasil. As dimensões do cuidado abordadas na obra de Julio Bango e Patricia Cossani são:³ i) o cuidado como um direito; ii) a universalidade; iii) a corresponsabilidade; iv) a promoção da autonomia; e v) a solidariedade no financiamento.

Essas dimensões foram também consideradas por Carolina Pereira Tokarski, Ranna Mirthes Sousa Correa e Stephanie Natalie Burille no capítulo 9, que analisa a experiência de três países da América Latina na oferta de cuidados para a primeira infância, público este altamente dependente de cuidados.

Ainda no capítulo 5, a autora destaca que, tradicionalmente, essas políticas nem sempre foram orientadas pelos princípios dos cuidados, uma vez que no caso de creches e pré-escolas o enfoque é muito mais no campo educacional.

O último ator considerado é o mercado privado, sendo aqui analisados os cuidadores remunerados e as empregadas domésticas. O capítulo 6, de autoria de Ana Amélia Camarano, Daniele Fernandes e Beatriz da Silva, analisa o cuidador remunerado de pessoas idosas ou dependentes funcionalmente. O objetivo do trabalho é conhecer quem exerce a função de cuidador remunerado, as formas como esse exercício ocorre e como a pandemia o afetou. Essa ocupação tem crescido

3. Bango, J.; Cossani, P. *Rumo à construção de sistemas integrais de cuidados na América Latina e no Caribe*: elementos para sua implementação. Cidade do Panamá: ONU Mulheres; CEPAL, nov. 2021. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/12/rumo_construcao_sistemas_integrais_cuidados.pdf>.

expressivamente e levado ao surgimento de empresas fornecedoras dessa mão de obra em vários formatos, inclusive de plataformas que visam facilitar o encontro entre ofertantes e demandantes de cuidado.

O papel desses cuidadores é substituir ou complementar o trabalho dos familiares, o que resultou na criação de um mercado de trabalho com características específicas. É constituído por babás, cuidadores de idosos e de pessoas com deficiências etc., e mesmo remunerado, o trabalho de cuidados continua sendo uma atividade socialmente desvalorizada. Apesar de cumprir um papel importante na liberação de familiares do trabalho doméstico não remunerado, os cuidadores profissionais não assumem integralmente as atividades de cuidado prestadas às famílias. O papel de gestor é quase sempre exercido pela família, que, na maioria das vezes, orienta os profissionais a atuarem como familiares, provavelmente para eximir uma parte da culpa e manter o seu papel de cuidadora, tradicionalmente alocado a ela.

Considerando que as trabalhadoras domésticas remuneradas são parte central da organização dos cuidados no Brasil, o capítulo 7, de autoria de Krislane de Andrade Matias e Anna Bárbara Araujo, procura compreender o que aconteceu com as trabalhadoras domésticas remuneradas no período da pandemia e quais foram as mudanças ocorridas nesse setor de atividade. As autoras apresentam o perfil sociodemográfico dessas trabalhadoras e suas condições de trabalho entre o período pré-pandemia e o segundo trimestre de 2022. Além disso, analisam as narrativas produzidas sobre o trabalho doméstico remunerado no contexto da pandemia e, a partir daí, discutem a questão do cuidado.

Elas assumem que o trabalho doméstico remunerado é um processo importante para observar as desigualdades sociais estruturais da nossa sociedade e como a pandemia incidiu sobre essas trabalhadoras e complexificou a distribuição de cuidado, considerando o trabalho doméstico como um trabalho de cuidado.